



Informações Trimestrais – ITR´s

Alupar Investimento S.A.

Em 31 de março de 2011

Alupar Investimento S.A.

Informações Trimestrais – ITR´s

Em 31 de março de 2011

Índice

Relatório de Desempenho do Trimestre.....	2
Relatório sobre revisão das informações trimestrais	8
Informações trimestrais	
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados e resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às informações trimestrais.....	16

Alupar Investimento S.A.

Relatório de desempenho do Trimestre - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Relatório do Desempenho do Trimestre

A Companhia

A Alupar Investimento S.A. é uma *holding* que tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Das 17 concessionárias, 5 se encontram em fase pré-operacional, sendo que as 12 concessionárias em atividade operam 3.391,5 quilômetros de linhas de transmissão.

As participações da Alupar nas 17 concessionárias de transmissão estão apresentadas a seguir:

Empresas	Participação Direta		Participação Indireta	
	No capital votante	No capital total	No capital votante	No capital total
Companhia Transleste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	100,00%	100,00%	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	50,02%	38,56%	-	-
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. - ECTE	40,01%	40,01%	-	-
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	50,02%	50,02%	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	51,00%	51,00%	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC (**)	20,00%	20,00%	80,00%	80,00%
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica(**)	15,00%	15,00%	80,00%	80,00%
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (**)	-	-	51,00%	51,00%
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME	46,00%	46,00%	-	-
Empresa Santos Dumont de Energia S.A - ESDE (***)	-	-	100,00%	100,00%
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. -ETEM	60,00%	60,00%	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A	100,00%	100,00%	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. -ETVG	100,00%	100,00%	-	-

(*) Participação indireta mediante controle da Transminas.

(**) Participação indireta mediante controle da EATE.

(***) Participação indireta mediante controle da ETEP.

Alupar Investimento S.A.

Relatório de desempenho do Trimestre - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Nossos investimentos em empresas de transmissão de energia elétrica são, em sua maioria, em parcerias com as seguintes empresas: CEMIG, FURNAS, ELETROBRÁS, CHESF, AUTOINVEST, MDU, ELETRONORTE, Mavi Engenharia, FI-FGTS e CTEEP.

A Alupar ainda pretende ingressar como acionista, mediante compra da totalidade da participação acionária da Guarupart Participações Ltda., na Transchile - empresa em fase operacional, que detém a concessão para construção, operação e manutenção de 200 km de linha de transmissão de 220 kv no Chile, em um trecho que vai de Charrua a Nueva Temuco.

A Alupar também participa com quase 100% das ações do capital total da empresa Alupar Inversiones Peru SAC, cujo objeto social é participar de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica no Peru.

Concessões de usinas de energia elétrica

A Alupar detém os direitos de concessão de três UHEs e a autorização de duas PCHs, totalizando 431 MW de potencia instalada e 263 MW de energia assegurada.

A totalidade da energia assegurada dos quatro projetos mais antigos (Foz / Ijuí / Queluz / Lavrinhas) foi vendida mediante contratos de compra e venda (PPAs) de longo prazo, reajustados pela inflação, sendo a energia das UHEs comercializadas no mercado regulado e das PCHs no mercado livre. No caso da quinta geradora, a UHE Ferreira Gomes, 70% da energia foi vendida no mercado regulado. O grupo pretende destinar os 30% restantes a clientes livres, a preços mais atrativos.

UHE Ferreira Gomes

A UHE Ferreira Gomes localiza-se no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O empreendimento consiste no aproveitamento potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 252 MW e as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A UHE possui 150 lotes de energia, dos quais 105 foram vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e os demais serão vendidos no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A previsão de entrada em operação plena é no 1º Semestre/2015.

UHE Foz do Rio Claro

A UHE Foz do Rio Claro com 68,4 MW de Potência instalada, localizada no Rio Claro, nos municípios de Caçu e São Simão, em Goiás, entrou em operação plena em dezembro de 2010, sendo que a 1º Turbina entrou em operação em Agosto de 2010 e a 2º turbina em Dezembro de 2010

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Foz do Rio Claro iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos “Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente

Alupar Investimento S.A.

Relatório de desempenho do Trimestre - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Regulado” (CCEAR por quantidade). As quantidades sazonalizadas para o 1º trimestre/2011 foram:

Meses	Quantidade MWh/Mês	Tarifa Média Contratual	Faturamento em R\$ MIL
Janeiro	28.434,336	R\$ 132,12	R\$ 3.830
Fevereiro	27.148,760	R\$ 132,16	R\$ 3.685
Março	30.009,591	R\$ 132,33	R\$ 4.155
Total	85.592.687		R\$ 11.670

OBS: O faturamento da energia se dá no mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

UHE São José

A UHE São José com 51,0 MW de Potência instalada, localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul, teve a entrada em operação da 1ª turbina, com 25,5 MW de potencia instalada, em Março de 2011 e a previsão é de que a 2ª turbina entre em operação no 1º semestre/2011.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a UHE São José iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos “Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado” (CCEAR por quantidade). As quantidades sazonalizadas para o 1º trimestre/2011 foram:

Meses	Quantidade MWh/Mês	Tarifa Média Contratual	Tarifa Média (aplicada)	Faturamento em R\$ MIL
Janeiro	21.872,416	R\$ 141,61	R\$ 31,58	R\$ 664
Fevereiro	20.883,586	R\$ 141,66	R\$ 44,57	R\$ 931
Março	23.084,300	R\$ 141,83	R\$ 35,40	R\$ 954
Total	64.840,302			R\$ 2.549

OBS: O faturamento da energia se dá no mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

Como a Companhia entrou em operação em 29 de Março de 2011, para atender ao início do suprimento de energia elétrica, foram celebrados contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica com a MPX Comercializadora de Energia Ltda., para atendimento aos lastros dos CCEAR's. O total de energia comprada no 1º trimestre de 2011 correspondem a 65.906,000 MWh que equivalentes a R\$ 5.471.

Alupar Investimento S.A.

Relatório de desempenho do Trimestre - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Autorizações de pequenas centrais hidrelétricas

A Alupar está implantando 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado de São Paulo. As PCH's em fase pré-operacional são:

PCH Lavrinhas

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 0,76 km² e com previsão de entrada em operação plena no 1º Semestre/2011

A partir de 01 de novembro de 2.010, a PCH Lavrinhas iniciou o suprimento/fornecimento de energia elétrica por conta dos "CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas".

As quantidades adquiridas para o 1º trimestre de 2.011, são:

Meses	Quant. Adquiridas	Faturamento R\$ mil
Janeiro	21,0 MW	R\$ 2.825
Fevereiro	21,0 MW	R\$ 2.494
Março	21,0 MW	R\$ 2.751
Total	63,0 MW	R\$ 8.070

OBS: O faturamento da energia dá-se no mês seguinte ao mês de suprimento considerado.

PCH Queluz

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km² e com previsão de entrada em operação plena no 1º Semestre/2011.

A partir de 01 julho de 2.010, a PCH Queluz iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos "CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas"

As quantidades adquiridas para o 1º trimestre de 2011, são:

Meses	Quant. Adquiridas	Faturamento R\$ mil
Janeiro	21,0 MW	R\$ 2.858
Fevereiro	21,0 MW	R\$ 2.573
Março	21,0 MW	R\$ 2.827
Total	63,0 MW	R\$ 8.258

OBS: O faturamento da energia dá-se no mês seguinte ao mês de suprimento considerado.

Alupar Investimento S.A.

Relatório de desempenho do Trimestre - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

A empresa encontra-se atendendo as demandas de terceiros afetados pela entrada em operação do empreendimento e receberá a Licença de Operação assim que tais atendimentos forem realizados.

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Investimentos

Durante o primeiro trimestre de 2011 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 120,4 milhões em nossas empresas, sendo 53,5% desde investimento utilizado na construção de nossas usinas de geração, 44,3% nas linhas de transmissão e subestações em implantação e 2,2% na prospecção de novos negócios.

Além dos investimentos na construção de nossos empreendimentos pré-operacionais e dos novos projetos de geração de energia, podemos destacar, os seguintes investimentos efetuados por nossas controladas e controladas em conjunto:

- investimentos em recursos humanos: (i) desenvolvimento de programas de educação continuada para nossos colaboradores; (ii) incentivo à adesão ao programa de previdência privada implantada na maioria de nossas controladas;
- reestruturações administrativas e aprimoramento dos controles internos.

Desempenho Econômico

Os principais indicadores econômicos e financeiros dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2011 são os seguintes:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Liquidez geral	1,42	1,50
Liquidez corrente	2,17	2,91
Relação PL+ partic. acionistas não controladores/Ativo total	0,46	0,47
Relação exigível total/ativo total	0,54	0,53
Rentabilidade do PL (%) *	9,85%	8,49
Margem EBITDA(%)**	65,22%	55,82%

(*) rentabilidade calculada no trimestre.

(**) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

Os índices de liquidez geral e corrente reduziram neste trimestre quando comparados ao segundo trimestre de 2010, em decorrência dos pagamentos de dividendos efetuados pela Companhia e suas controladas, em aproximadamente R\$ 26 milhões.

Alupar Investimento S.A.

Relatório de desempenho do Trimestre - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

O aumento da rentabilidade é resultante do início das operações da Usina geradora de Foz de Rio Claro que ocorreu no segundo semestre de 2010, em conjunto com as informações contidas no comentário abaixo sobre o comportamento da receita.

Os demais indicadores permaneceram estáveis neste trimestre.

Comportamento da receita

Nossa receita bruta aumentou em R\$ 14,8 milhões ou 5,0%, atingindo R\$ 310,5 milhões no primeiro trimestre de 2011, comparado aos R\$ 295,7 milhões no primeiro trimestre de 2010. Esse aumento deve-se basicamente ao maior período de suprimento de energia, com preços reajustados pela inflação e pelo aumento da remuneração dos ativos de concessão, gerado pelos investimentos nas transmissoras que elevaram a base do ativo financeiro da concessão.

Comportamento dos custos

Os custos dos serviços prestados, expurgando os custos de infraestrutura, aumentaram em R\$ 17,9 milhões ou 77,8%, atingindo R\$40,9 milhões no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$ 23,0 milhões no primeiro trimestre de 2010. Este aumento deve-se basicamente à entrada em operação comercial das geradoras de energia elétrica Foz do Rio Claro e Ijuí Energia e das PCHs Queluz Lavrinhas, que contribuíram com um aumento nos custos de R\$ 10,9 milhões com a compra de energia e de R\$ 3,8 milhões referente ao início da amortização da UHE Foz do Rio Claro.



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar- Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com as Normas Internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

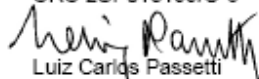
Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pela IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Wilson Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo					
Circulante					
		432.542	488.126	1.461.356	1.471.470
Caixa e equivalentes de caixa	5	373.810	391.592	595.484	506.034
Contas a receber de clientes	6	-	-	97.603	88.738
Partes relacionadas	9	45.081	82.724	-	-
Impostos a recuperar	7	10.001	10.891	33.954	28.663
Adiantamento a fornecedores		2.608	1.751	22.973	20.520
Estoques	8	-	-	17.682	17.721
Despesas pagas antecipadamente		45	57	555	1.960
Cauções e depósitos judiciais	18	-	-	373	417
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	678.042	793.249
Outros Ativos		997	1.111	14.690	14.168
Não circulante					
		1.554.911	1.424.385	4.498.848	4.198.349
Partes relacionadas	9	320.978	284.222	-	-
Impostos a recuperar	7	-	-	21.231	13.063
Depósitos judiciais	18	1.494	1.462	8.549	8.184
Créditos vinculados		-	-	30.202	19.740
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	3.018.338	2.806.813
Outros Ativos		4.790	-	12.089	4.076
Investimentos	11	1.159.798	1.073.477	5.686	5.686
Imobilizado	12	1.378	1.368	493.264	449.002
Intangível	13	66.473	63.856	909.489	891.785
Ativo total					
		1.987.453	1.912.511	5.960.204	5.669.819

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Passivo					
Circulante					
		225.504	211.794	672.708	676.250
Empréstimos e financiamentos	14	172.047	156.566	401.049	325.635
Fornecedores		2.806	3.439	50.004	51.778
Partes relacionadas		-	-	-	-
Salários, férias e encargos sociais		1.224	1.127	2.853	6.857
Contribuições e impostos a pagar	15	1.566	2.748	46.188	100.839
Dividendos a pagar		47.771	47.771	101.975	127.530
Provisão para gastos ambientais	17	-	-	25.485	25.339
Taxas Regulamentares e setoriais		-	-	21.692	23.495
Provisões	18	-	-	2.125	1.452
Outras Obrigações		90	143	21.337	13.325
		346.047	342.377	2.527.507	2.319.346
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	346.047	342.377	2.294.640	2.128.197
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	27.277	24.399
Contribuições e impostos a pagar	15	-	-	187.682	154.746
Provisões	18	-	-	1.455	1.455
Adiantamento de clientes		-	-	5.031	3.752
Outras obrigações		-	-	11.422	6.797
		1.415.902	1.358.340	1.398.969	1.341.230
Patrimônio líquido					
Capital social	19	804.001	804.001	804.001	804.001
Reservas de lucros		554.339	554.339	537.406	537.229
Resultado do período		57.562	-	57.562	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.361.020	1.332.993
		1.415.902	1.358.340	2.759.989	2.674.223
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores					
		1.415.902	1.358.340	2.759.989	2.674.223
Passivo total					
		1.987.453	1.912.511	5.960.204	5.669.819

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Receita operacional líquida	23	-	-	293.389	282.083
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados			(14.076)	(13.048)	
Energia comprada para revenda		-	(20.537)	(9.647)	
Custo de infraestrutura		-	(53.355)	(86.984)	
Encargos da concessão		-	(2.432)	(299)	
Depreciação / Amortização		-	(3.834)	(4)	
		-	(94.234)	(109.982)	
Lucro bruto		-	199.155	172.101	
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(1.769)	(2.103)	(6.965)	(5.293)
Pessoal		(1.983)	(1.556)	(5.910)	(4.305)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(1.130)	(1.648)	(2.300)	(2.370)
Despesas financeiras	20	(15.543)	(8.734)	(48.417)	(43.417)
Receitas financeiras	20	9.822	10.299	13.973	13.834
Equivalência patrimonial	11	64.712	50.062	-	-
Outras receitas		3.456	36	3.551	36
Outras despesas		(3)	(2.707)	(4)	(2.708)
		57.562	43.649	(46.072)	(44.223)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		57.562	43.649	153.083	127.878
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(18.859)	(16.050)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(199)	(4.368)
		-	-	(19.058)	(20.418)
Lucro líquido do exercício		57.562	43.649	134.025	107.460
Atribuível a					
Participação dos acionistas controladores		57.562	43.649	57.562	43.649
Participação de acionistas não controladores		-	-	76.463	63.811
		57.562	43.649	134.025	107.460
Lucro líquido por ação					
Básico e diluído - R\$		0,35	0,27		
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		163.910	163.910		

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não esta apresentando a demonstração de resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Trimestres findos em 31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total Controladora	ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2009 ajustado	804.001	12.570	388.397	-	1.204.968	(17.820)	1.140.312	2.327.460
Realização do Lucro auferido pela controladora em transações com controladas	-	-	-	-	-	177	-	177
Ajuste de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	746	746
Lucro líquido do período findo em 31/03/2010	-	-	-	43.649	43.649	-	63.811	107.460
Saldos em 31 de março de 2010	804.001	12.570	388.397	43.649	1.248.617	(17.643)	1.204.869	2.435.843
	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	804.001	22.627	531.712	-	1.358.340	(17.110)	1.332.993	2.674.223
Ajuste de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(48.436)	(48.436)
Lucro Líquido do período	-	-	-	57.562	57.562	-	76.463	134.025
Realização de lucro auferido pela controladora em transações com controladas	-	-	-	-	-	177	-	177
Saldos em 31 de Março de 2011	804.001	22.627	531.712	57.562	1.415.902	(16.933)	1.361.020	2.759.989

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	57.562	43.649	57.562	43.649
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	116	93	4.262	4
Equivalência patrimonial	(64.712)	(50.062)	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	15.706	9.229	59.576	52.975
Baixas do ativo imobilizado e intangível	-	10	833	254
Outras receitas operacionais	(3.376)	2.526	-	-
Ajuste de participação de acionistas não controladores	-	-	28.027	64.557
	5.296	5.445	150.260	161.439
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber concessionárias e permissionárias	-	-	(8.865)	(2.713)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(212.047)	(108.072)
Partes Relacionadas	887	(46.344)	-	-
Impostos a recuperar	890	2.417	(13.459)	(293)
Estoques	-	-	1.405	(246)
Outros ativos circulantes	(731)	(138)	93.997	(6.258)
Outros realizáveis a longo prazo	(4.822)	(1.275)	-	-
	(3.776)	(45.340)	(138.969)	(117.582)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(633)	(461)	(1.774)	11.000
Taxas Regulamentares e setoriais	-	-	(1.803)	(3.265)
Salários, férias e encargos sociais	97	409	(4.004)	1.763
Contribuições e impostos a recolher	(1.182)	(1.969)	(21.715)	(21.955)
Outros passivos circulantes	(53)	-	14.735	6.271
	(1.771)	(2.021)	(14.561)	(6.186)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(251)	(41.916)	(3.270)	37.671
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos realizados	(54.371)	(3.358)	-	-
Dividendos e JCP recebidos	36.138	12.991	(25.555)	(15.269)
Aplicações no imobilizado e intangível	(2.743)	(6.285)	(66.884)	(91.325)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(20.976)	3.348	(92.439)	(106.594)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.878	7.001
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	3.960	15.186	708.464	225.362
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(515)	(340)	(526.183)	(176.408)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	3.445	14.846	185.159	55.955
Aumento (Redução) líquida na caixa e equivalentes de caixa	(17.782)	(23.722)	89.450	(12.968)
Demonstração do aumento nas disponibilidades				
Saldo no início do período	391.592	521.059	506.034	591.763
Saldo no final do período	373.810	497.337	595.484	578.795
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	(17.782)	(23.722)	89.450	(12.968)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receitas				
Receita de Concessão de Transmissão	-	-	22.284	20.462
Receita de Infra-estrutura	-	-	53.355	86.984
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	204.360	178.205
Suprimento de Energia	-	-	30.546	10.039
Outras Receitas	3.456	35	3.551	36
	3.456	35	314.096	295.726
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia Elétrica comprada para revenda	-	-	(20.537)	(9.647)
Custo de Infra-estrutura	-	-	(53.355)	(86.984)
Serviços de terceiros	(1.281)	(1.281)	(15.449)	(13.048)
Materiais	(31)	(38)	(806)	(391)
Outros custos operacionais	(67)	(435)	(3.061)	(2.183)
	(1.379)	(1.754)	(93.208)	(112.253)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	(116)	(93)	(4.262)	(4)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência Patrimonial	64.712	50.062	-	-
Receita Financeira	9.822	10.299	13.973	13.834
	74.534	60.361	13.973	13.834
Valor adicionado a distribuir	76.495	58.549	230.599	197.303
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração Direta	2.143	2.301	5.171	6.343
Benefícios	311	208	1.008	1.078
Auxílio Alimentação	77	35	207	243
Assistência Médica	78	73	282	457
Vale Transporte	6	4	3	7
Previdência Privada	74	56	154	161
Outros	76	40	362	210
F.G.T.S	151	165	352	420
	2.605	2.674	6.531	7.841
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	585	650	39.273	36.585
INSS	507	534	1.301	1.504
Encargos do consumidor	-	-	7.624	6.977
Imposto de renda e contribuição social	-	-	18.859	16.050
PIS e COFINS	3	13	9.541	7.478
Contribuição sindical/patronal	41	33	106	154
CIDE	-	11	-	11
IR S/ Remessa Exterior	-	13	-	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	199	4.368
Outros impostos e taxas	34	46	1.643	30
Estaduais	21	-	1.292	25
ICMS	-	-	1.263	-
IPVA	21	-	29	25
Municipais	23	36	25	56
IPTU	23	33	25	52
Taxa de Licenciamento	-	3	-	4
	629	686	40.590	36.666
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros e variações cambiais	15.543	8.727	45.236	42.857
Aluguéis	156	114	1.036	939
Outras despesas financeiras	-	2.699	3.181	1.540
	15.699	11.540	49.453	45.336
Remuneração de Capitais Próprios				
Dividendos propostos e JCP	-	-	-	-
Reservas de lucros	57.562	43.649	57.562	43.649
Participação de acionistas não controladores	-	-	76.463	63.811
	57.562	43.649	134.025	107.460
	76.495	58.549	230.599	197.303

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Alupar Investimento S.A., “Companhia ou Alupar”, constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda em mais 1 empresa de transmissão (vide nota explicativa nº 4).

2. Apresentação das informações trimestrais

2.1 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2011, foram preparadas conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Como consequência, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais - ITR do período de três meses findo em 31 de março de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

A preparação das informações trimestrais consolidadas de acordo com a totalidade das IFRS aplicáveis às operações da Companhia e de suas controladas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

trimestrais consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; estimativas do valor justo das propriedades para investimento; as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações; análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais integrais das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário direta ou indiretamente e as informações trimestrais proporcionais nas quais a Companhia possui participação relevante sem a detenção do controle. As empresas cujas informações trimestrais foram consolidadas pela Companhia em 31 de março de 2011 estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

2.2 Informações trimestrais da controladora

As informações trimestrais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2009.

A administração da companhia autorizou a conclusão das informações trimestrais em 10 de maio de 2011. De acordo com a deliberação CVM n.º 505, de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos até a data de autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (nota 05)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

Excepcionalmente, as contas garantidas vinculadas a financiamento de longo prazo, quando existirem, são apresentadas no balanço patrimonial como contas redutoras dos empréstimos, no passivo circulante, por tratar-se de “covenants” contratuais definidas pelo agente financiador.

b) Contas a receber

- **Concessionárias e permissionárias (nota 06)**

As contas a receber incluem os valores faturados e a faturar até a data do balanço, e ainda não recebidos. Praticamente todas as contas a receber em 31 de março de 2011, possuíam vencimento inferior a 30 dias, não tendo sido aplicável ajustes ao valor presente.

Devido às características das atividades da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, não existe praticamente inadimplência, portanto, sem necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- **Ativos financeiros (nota 10)**

Os ativos financeiros registrados nos balanços patrimoniais das controladas transmissoras de energia elétrica são originários da aplicação da norma contábil ICPC 01 e o OCPC 05 – Contratos de Concessão. Ao analisar esses normativos verifica-se que:

- (i) Com base no entendimento da maioria desses contratos e nos itens 15, 16 e 19 da ICPC 01 e ainda nos itens BC42, BC43, BC49 e BC54 da IFRIC 12, o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro;
- (ii) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é realizada, ou seja, recebida e/ou auferida, pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização, ou seja, o transporte de energia pelos usuários dos sistemas de transmissão não existindo, portanto, risco de demanda para a empresa de transmissão;

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

- (iii) O poder concedente delegou aos usuários dos sistemas de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro ao longo do período da concessão;
- (iv) A parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa ao final do período da concessão;
- (v) A parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, garantida no contrato de concessão, está incluída no modelo de fluxo de caixa, e está reconhecida, com base em premissas adotadas pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de definição de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor, por parte do Órgão Regulador;

c) Estoques (nota 08)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura das concessões, na operação e manutenção da prestação de serviços mantidos em estoque, são avaliados e registrados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de reposição.

d) Investimentos (nota 11)

Os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando necessário, a fim de adequá-los ao valor de mercado.

Consideramos o disposto no CPC 15 – Combinação de Negócios, para as novas aquisições de empreendimentos, realizadas a partir de 1º de janeiro de 2009, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes da nova controlada são mensurados pelo valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis é registrado como ágio. Caso o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis, a diferença apurada é registrada como ganho de capital no resultado do exercício.

Os investimentos em terrenos e imóveis que não sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e suas controladas, pelos quais se aufera uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados por nossas controladas nas atividades de geração e transmissão de energia são vinculados a esse serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos, ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução da ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinadas à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para a concessão.

f) Imobilizado (nota 12)

O imobilizado consolidado é substancialmente composto por (i) ativos não diretamente vinculados aos serviços de transmissão e energia e (ii) ativos totais vinculados e não vinculados à concessão, no caso das empresas de geração de energia que não estão sujeitas à aplicação da ICPC 01, e está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

A Companhia e suas controladas que exercem a atividade de geração e comercialização de energia e que adotaram a aplicação do CPC 27 – Ativo Imobilizado, optaram por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído, por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos.

g) Intangível (nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

- Direitos de concessão – uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A., em contrapartida de pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contratos assinados entre as partes. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e amortizado no prazo do referido contrato.

As concessões de uso do bem público para geração de energia, alcançadas pelo ICPC 01, fazem o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo intangível através do método do percentual de evolução.

- Softwares

São mensurados pelo custo de aquisição deduzidos das despesas de amortização.

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros e desenvolvimento de projetos

Referem-se aos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Para desenvolvimento destes projetos a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação, são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

- Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios

É reconhecido por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado desse negócio.

A amortização do ágio se dará de acordo com o previsto na ICPC09, ou seja, pelo prazo da concessão da controlada da qual se origina.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

h) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

No caso das licenças de operação, caso os custos ambientais associados a estas licenças sejam pagos antes da entrada em operação do empreendimento e antes da obtenção efetiva de referida licença, os valores desembolsados serão contabilizados no ativo intangível e amortizados pelo prazo da concessão da licença. Caso a licença seja obtida antes do desembolso dos custos efetivos, no momento da vigência da licença os custos estimados serão provisionados no ativo intangível e amortizados de acordo com o prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

• Ativos financeiros

São avaliados, no mínimo anualmente, quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial e que, eventualmente tragam resultados com efeitos negativos nos fluxos de caixa futuro do investimento.

• Ativos não financeiros (notas 12 e 13)

Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foram utilizadas as seguintes premissas pela companhia, para a avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos:

- (i) Levamos em consideração a materialidade dos itens registrados nos grupos de ativos intangíveis e imobilizado e realizamos os seguintes procedimentos para verificação da existência de *Impairment*.
- (ii) Ativos intangíveis com vida útil foram testados por empresa independente. Contratamos a empresa de avaliação patrimonial, Latin Finance Advisory & Research LTDA, que emitiu laudos de avaliações, em 15 de março de 2011, do teste de *Impairment*, dos ágios registrados pela Alupar na data base de 31 de dezembro de 2010. Os laudos de

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

avaliações chegaram a conclusão de que a perspectiva de rentabilidade futura dos investimentos que geraram os ágios, suportam os valores registrados na ALUPAR.

(iii) Os ativos registrados no Ativo imobilizado da Companhia e suas controladas tiveram seus saldos avaliados em 31 de dezembro de 2010, para verificação da redução ao valor recuperável, mediante a aplicação dos seguintes critérios: (a) Alupar – comparação com valor de mercado; (b) controladas pré-operacionais - valores dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, baseados em premissas fundamentadas, que representaram a melhor estimativa por parte da administração, considerando o conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente desses ativos. Ressaltamos que não foram identificadas desvalorizações para os ativos imobilizados do Grupo Alupar em 31 de dezembro de 2010.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e serviços e encargos referente a construção dos empreendimentos pré-operacionais.

As contas a pagar a fornecedores, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Taxas regulamentares e encargos setoriais

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de transmissão de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

(ii) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O valor da taxa de fiscalização da ANEEL incidente sobre as receitas de transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da receita anual.

O valor da taxa de fiscalização da ANEEL devida pelas concessionárias de geração de energia elétrica é fixado anualmente pela Agência.

(iv) Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)

Trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão: $CF = 6,75\% \times \text{energia gerada no mês} \times \text{Tarifa Atualizada de Referência - TAR}$.

(v) Pagamento pelo Uso do Bem Público – UBP

É um valor anual determinado pelo Poder Concedente no contrato do Uso do Bem Público para as concessionárias, permissionárias e produtores independentes de energia elétrica, a ser pago mensalmente a partir da data da entrada em operação do empreendimento até o final do prazo da concessão.

Nossas concessionárias de energia elétrica, quando exigível, reconhecem os valores a pagar e, os classificam como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado atualizado pela variação do IPCA incorrida até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente pela taxa implícita no projeto.

m) Empréstimos e financiamentos (nota 14)

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

Conforme Pronunciamento do CPC nº 08, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, quando significativos, os recursos captados de terceiros são reconhecidos líquidos dos custos de transação incorridos na captação.

n) Imposto de renda e contribuição social (nota 15)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com as seguintes bases: as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente no ano de R\$ 240 para imposto de renda; e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas do Grupo Alupar sob regime de apuração com base no Lucro Real, exceto as controladas EBTE, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste e Transudeste que estão sob o regime de apuração pelo Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são ajustados à valor presente.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

p) Capital social (Nota 19)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão das ações e opções de ações.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido, caso não sejam resgatáveis. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria, são reconhecidas como dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos para sua recompra. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para um novo acionista, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

q) Dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Empresa estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos regulatórios e setoriais, dos abatimentos e dos descontos, quando for o caso.

As atividades da Companhia estão relacionadas aos segmentos de Transmissão e Geração de Energia. As receitas e despesas relacionadas a atividade de geração de energia referem-se a compra e revenda direta, uma vez que os investimentos ainda estão em fase pré-operacional, conforme já divulgado.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

(i) Receita da transmissão

Nossas controladas e controladas em conjunto, reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos Ativos Financeiros

(ii) Receita de venda de energia

Nossas controladas reconhecem as receitas de venda de energia no momento do respectivo fornecimento.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

s) **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41.

t) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

u) Contratos de concessão

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

No caso a Alupar, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que o Grupo adotou a ICPC 01 para efeitos comparativos com referência a 1º de Janeiro de 2009.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) da concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de geração que possuem seus contratos de comercialização de energia 100% vinculada ao mercado regulado.

Os ativos intangíveis das concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

A Alupar procede a testes do valor recuperável relativamente aos ativos intangíveis das concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

v) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível e provisões, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(i) Reconhecimento de receita na atividade de transmissão

A partir do exercício 2010, a Alupar passou a reconhecer suas receitas de acordo com o ICPC 01 e definiu como “modus operandi” as orientações do OCPC 05 e que são:

- 1) Aplicação retroativa a todos os contrato de concessão vinculados à essas demonstrações financeiras de forma a evitar distorções

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

na apuração da taxa efetiva de juros para remuneração do ativo financeiro relacionado à construção da infraestrutura;

- 2) Definição do critério para alocação da receita da infraestrutura e da operação e manutenção do total dos contratos conforme abaixo:
 - Retrospectivamente pelos valores incorridos e escriturados na contabilidade das empresas concessionárias;
 - Prospectivamente por valores projetados baseado em cenários econômicos futuros de inflação, até o final de cada contrato de concessão;
- 3) Apuração, separada, da remuneração incorrida da parcela do ativo financeiro da infraestrutura, da operação e da manutenção pela aplicação da taxa efetiva de juros calculada em de acordo com os critérios definidos no item anterior;
- 4) Separar do valor do faturamento mensal a parcela referente à recuperação dos custos de operação e manutenção e da parcela referente à recuperação do saldo do ativo financeiro e que foi considerada como amortização do contas à receber da concessão;

(ii) Provisões

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que resultam de um acontecimento no passado. Pode ser provável que uma saída de recursos frente a possíveis benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O Grupo também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas vinculadas a assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O melhor julgamento do Grupo é baseado na opinião de seus consultores legais. Todas as provisões são revisadas e ajustadas de forma a levar em conta quaisquer alterações nas circunstâncias dos ambientes onde estas foram consideradas, tais como prazo de prescrição quando aplicável, conclusões de auditorias fiscais públicas ou novas exposições identificadas com base em novos temas ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

x) Instrumentos financeiros

(i) Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultados, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua classificação, tais como:

- Instrumentos mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda;
- Ao valor justo através do resultado; e
- Outros.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, quando aplicável. Em 31 de Março de 2011 somente a controlada Empresa de Transmissão Matogrossense S.A.. possuía derivativos controlados.

y) Moeda funcional

A Administração da Companhia está apresentando as informações trimestrais da controladora e consolidadas na moeda funcional Real, que é a moeda funcional adotada pela companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação da CVM nº 640/10.

w) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício das empresas em operação e no ativo imobilizado das empresas em fase pré-operacional. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

z) Plano de benefícios pós emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de benefícios pós-emprego são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON. Os custos do patrocínio dos planos de benefícios são reconhecidos como despesas por se tratarem de planos de contribuição definida.

4. Demonstrações contábeis consolidadas

As Informações consolidadas em 31 de março de 2011 incluem as demonstrações contábeis das seguintes sociedades:

Sociedades consolidadas (c)	% de Participação total		
	Direto	Indireto	Controle
Alupar Inversiones Peru	100,00	-	Integral
Transminas Holding S.A.	70,02	-	Integral
Companhia Transleste de Transmissão (a)	-	41,00	Integral
Companhia Transirapé de Transmissão (a)	-	41,00	Integral
Companhia Transudeste de Transmissão	-	41,00	Conjunto
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (b)	38,56	-	Integral
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	15,00	80,00	Integral
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	20,00	80,00	Integral
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	-	51,00	Integral
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. - STN	51,00	-	Integral
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	100,00	-	Integral
Foz do Rio Claro Energia S.A.	50,01	-	Integral
Ijuí Energia S.A.	50,01	-	Integral
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (b)	50,02	-	Integral
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE	-	100,00	Integral
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (b)	50,01	-	Integral
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (b)	50,01	-	Integral
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	40,01	-	Conjunto
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	25,01	-	Integral
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	25,01	-	Integral
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	60,00	-	Integral
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	46,00	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	100,00	-	Integral
Ferreira Gomes Energia S.A.	100,00	-	Integral

(a) A Companhia possui o controle em função de acordo de acionista onde existe a condição de voto em bloco.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

- (b) A Companhia possui o controle em função de possuir mais de 50% das ações com direito a voto.
(c) Todas essas Companhias tiveram suas demonstrações contábeis revisadas pela Ernst & Young.

As atividades das sociedades integrantes das informações consolidadas compreendem, basicamente, a prestação de serviços na transmissão e geração de energia elétrica, como segue:

	Constituída em	Contrato de concessão	Prazo de concessão em anos	Receita Anual Permitida - RAP 2010/2011	Receita Anual Permitida - RAP 2009/2010
Holdings:					
Alupar Inversiones Perú S.A.C.	16/12/2009	-	-	-	-
Transminas Holding S.A.	27/09/2006	-	-	-	-
Transmissoras de energia:					
Companhia Transleste de Transmissão	28/10/2003	009/2004	30	25.799	24.763
Companhia Transirapé de Transmissão	06/12/2004	012/2005	30	13.722	13.171
Companhia Transudeste de Transmissão	25/10/2004	005/2005	30	15.990	15.349
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	23/03/2001	042/2001	30	279.352	263.122
Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica	29/12/2003	007/2004	30	16.830	16.155
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	02/12/2005	006/2006	30	25.982	21.207
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (a)	30/07/2008	011/2008	30	28.724	27.299
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. -STN	27/10/2003	005/2004	30	113.885	109.314
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	23/03/2001	043/2001	30	63.649	61.094
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE (a)	22/06/2009	025/2009	30	8.798	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	30/09/2002	085/2002	30	142.335	136.623
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE	30/09/2002	083/2002	30	31.981	24.144
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	08/08/2000	088/2000	30	61.695	59.219
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	19/12/2006	006/2007	30	10.314	6.260
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME (a)	02/07/2009	023/2009	30	29.088	-
Empresa de Transmissão de energia do Mato grosso S/A - ETEM	20/01/2010	005/2010	30	8.752	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A - ETVG	20/07/2010	001/2010	30	-	-
Geração de energia:					
Foz do Rio Claro Energia S.A. (a)	16/01/2006	005/2006	35	-	-
Ijuí Energia S.A. (a)	16/01/2006	006/2006	35	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (a)	23/08/2004	(b)	30	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (a)	23/08/2004	(b)	30	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A	10/08/2010	003/2010	30	-	-

- (a) Companhias em fase pré-operacional cujo cronograma de construção prevê a entrada da operação comercial entre abril de 2010 e novembro de 2011.
(b) As Pequenas Centrais Hidrelétricas foram autorizadas à exploração dos empreendimentos mediante Resoluções ANEEL nº 138/2004 e 139/2004.

- As Companhias transmissoras de energia foram constituídas com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por tratar-se de concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados por terceiros, sob a supervisão e fiscalização de cada Companhia, exceto nas empresas STC e ETES, cuja operação e manutenção do sistema são realizados por pessoal próprio.

De acordo com os Contratos de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão para todas controladas,

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

exceto para as empresas EBTE, TME, ESDE, ETEM e ETVG cujos contratos prevêem revisões periódicas da RAP, em intervalos de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do contrato de concessão, sendo que para as revisões previstas no 5º, 10º e 15º ano do período de concessão, será recalculado o custo de capital de terceiros.

- As Companhias geradoras de energia são empresas com propósito específico, cujo principal objetivo é a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica e foram constituídas da seguinte forma:
 - Usinas Hidrelétricas - UHEs - empreendimentos cuja potência instalada é superior a 30MW, que é o caso da Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A. e Ferreira Gomes S.A.; e
 - Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - empreendimentos cuja potência instalada é no máximo até 30MW, que é o caso da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e da Usina Paulista Queluz Energia S.A.

Os principais saldos integrais das informações trimestrais das controladas em conjunto em 2011 e em 2010 cuja consolidação foi efetuada proporcionalmente são como segue:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

- ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Circulante	74.110	76.722
Não circulante	161.311	145.652
Total do ativo	235.421	222.374
Passivo		
Circulante	27.069	39.856
Não circulante	83.519	54.969
Patrimônio líquido	124.833	127.549
Total do passivo	235.421	222.374
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	16.462	60.926
Deduções da receita	(1.092)	(4.280)
Receita líquida	15.370	56.646
Custos dos serviços prestados	(699)	(3.619)
Lucro bruto	14.671	53.027
Despesas gerais e administrativas	(145)	(2.064)
Resultado financeiro líquido	(1.587)	(10.307)
Lucro operacional	12.939	40.656
Imposto de renda e contribuição social	(3.724)	(12.573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.451)
Reversão de JCP	-	2.955
Lucro líquido do Período	9.215	29.587

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

- Companhia Transudeste de Transmissão

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Circulante	21.463	19.426
Não circulante	<u>78.627</u>	<u>78.333</u>
Total do ativo	<u>100.090</u>	<u>97.759</u>
Passivo		
Circulante	11.103	13.020
Não circulante	31.750	31.546
Patrimônio líquido	<u>57.237</u>	<u>53.193</u>
Total do passivo	<u>100.090</u>	<u>97.759</u>
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	5.603	18.085
Deduções da receita	<u>(287)</u>	<u>(1.104)</u>
Receita líquida	5.316	16.981
Custos dos serviços prestados	<u>(1.057)</u>	<u>(2.728)</u>
Lucro bruto	4.259	14.253
Despesas gerais e administrativas	(83)	(502)
Resultado financeiro, líquido.	<u>(753)</u>	<u>(3.286)</u>
Lucro operacional	3.423	10.465
Imposto de renda e contribuição social	(149)	(643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(23)</u>	<u>(301)</u>
Lucro líquido do Período	<u>3.251</u>	<u>9.521</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

- Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME

TME

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Circulante	39.341	6.500
Não circulante	<u>141.090</u>	<u>88.850</u>
Total do ativo	<u>180.431</u>	<u>95.350</u>
Passivo		
Circulante	15.981	19.519
Não circulante	81.513	-
Patrimônio líquido	<u>82.937</u>	<u>75.831</u>
Total do passivo	<u>180.431</u>	<u>95.350</u>
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	59.957	-
Deduções da receita	<u>-</u>	<u>-</u>
Receita líquida	59.957	-
Custos dos serviços prestados	<u>(56.910)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto	3.047	-
Despesas gerais e administrativas	-	-
Resultado financeiro, líquido.	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional	3.047	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.036)	-
Imposto de renda e contribuição social diferi	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do Período	<u>2.011</u>	<u>-</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa	24	19	207	157
Bancos - Depósitos a vista	15	4.589	24.749	17.652
Aplicações financeiras	373.771	386.984	570.528	488.225
	<u>373.810</u>	<u>391.592</u>	<u>595.484</u>	<u>506.034</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 97,8% e 107,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são consideradas instrumentos financeiros a valor justo através do resultado.

6. Contas a receber - Consolidado

As contas a receber incluem os valores faturados e ainda não recebidos até a data das informações trimestrais. Praticamente todas as contas a receber em 31 de março de 2011, possuíam vencimento inferior a 30 dias, não tendo sido aplicável ajuste a valor presente.

7. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais consolidados estão assim distribuídos:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	377	8.669	7.711	15.034
IRPJ	546	-	1.611	464
CSLL		-	2.206	395
PIS	17	15	1.956	1.515
COFINS	77	71	9.822	7.638
INSS	1	1	579	141
Saldo Negativo - IRPJ	8.983	1.589	10.070	3.316
Outros		546	-	160
	10.001	10.891	33.954	28.663
Não circulante				
COFINS	-	-	17.423	10.716
PIS	-	-	3.783	2.327
Base Negativa - IRPJ	-	-	-	-
Base Negativa - CSLL	-	-	-	-
IRPJ Diferido	-	-	12	-
CSLL Diferido	-	-	8	-
Tributos diferidos	-	-	5	20
	-	-	21.231	13.063
Total	10.001	10.891	55.185	41.726

8. Estoques - Consolidado

Os materiais em estoque são avaliados e registrados pelo custo de aquisição que não excedem o valor de reposição e compreendem, basicamente, peças destinadas a manutenções das linhas de transmissões.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

- Saldos entre a Controladora e Controladas:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativo Circulante	45.081	82.724
<u>Dividendos a receber</u>	43.934	63.662
Transminas Hoding	2.363	2.363
STN	-	7.902
EATE	14.951	18.481
ENTE	9.453	15.009
ERTE	7.187	7.186
ETEP	4.307	4.307
STC	1.256	1.256
ECTE	2.311	5.052
Lumitrans	890	890
ETES	1.216	1.216
<u>Juros sobre capital próprio</u>	1.147	19.062
EATE	-	6.938
ENTE	-	6.998
ETEP	-	2.292
ECTE	520	2.206
STC	627	628
Não Circulante	320.978	284.222
<u>Adiant. p/ futuro aumento de Capital</u>	320.978	284.222
Transminas Holding	-	-
IJUI	194.215	163.316
Foz do Rio Claro	81.080	66.380
ETES	8.086	6.086
Lumitrans	3.500	3.500
STC	7.000	7.000
Queluz	14.383	14.384
Lavrinhas	8.886	8.886
Alupar Inversiones Peru	504	-
Ferreira Gomes	-	13.320
ERTE	3.324	1.350
Total do ativo	366.059	366.946

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Garantias prestadas pela ALUPAR a suas controladas :

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31.03.2011
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	27.405
23/12/09	Conselho de Administração	EATE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	19.957	29/12/09	15/12/15	-
23/12/09	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/11/24	175.145
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	42.071
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	-
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	201.630	09/04/08	15/03/27	244.286
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	168.200	09/04/08	15.09.2027	200.853
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/08/24	143.168
12/07/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	2.000	23/12/10	25/04/11	8.186
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/06/24	154.620
12/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	4.500	30/08/10	27/01/11	13.319
12/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	3.000	30/09/10	15/02/11	-
14/07/08	Conselho de Administração	Queluz e Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	até 52.000	5.500	21/07/08	14/01/11	-
04/12/07	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.471	28/12/07	15/04/22	101.417
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	235.402
19/03/10	Diretoria	STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/10	15/03/20	3.778
13/12/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - Banco do Brasil	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações			Contrato em negociação	-
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/2020(*)	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/2010, haja vista a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.
14/03/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Loan Agreement	Prestação de aval para contrato de financiamento, na proporção de 60%	36.000	25/02/11	24/08/2011	36.373
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida	972.667	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	456.871	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	542.794	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Outros contratos

A Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto poderão celebrar contratos de engenharia e construção com outras empresas do Grupo Alusa. Todavia, até a presente data, a Companhia que não é signatária de nenhum contrato com suas Partes Relacionadas, detém em seus atos societários os seguintes mecanismos para tal espécie de contratação:

- O Conselho de Administração instituiu o comitê de contratação de partes relacionadas, cuja função é elaboração de opinião sobre a celebração de contrato com partes relacionadas. Compete ao comitê de contratação de partes relacionadas manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre a Companhia e suas controladas/coligadas, seus membros da administração, seu Acionista Controlador, e, ainda, a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.
- O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 17, parágrafo 3º, prevê que a deliberação sobre a celebração, ou rescisão de contratos e obrigações de qualquer natureza entre a Alupar e quaisquer dos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, que venham a envolver valores substanciais, assim entendidos aqueles que ultrapassem 5% (cinco por cento) do total de ativos da Alupar dependerá da aprovação da maioria de votos dos membros do Conselho de Administração, com pelo menos o voto favorável de um conselheiro independente.

Em todos os casos em que as nossas controladas celebraram, ou possam vir a celebrar, contratos com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

b) Saldo e transações com outras partes relacionadas:

Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas ou controladas em conjunto atualmente detém os seguintes contratos envolvendo Partes Relacionadas:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

<u>Contratante</u>	<u>Contratada</u>	<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>	<u>Data Inicial</u>	<u>Prazo para Conclusão das Obras</u>	<u>Saldo no passivo em 31/03/2011</u>
Queluz	Alusa	Contrato de EPC	137.900	31/03/2007	2011	589
Ijuí	Alusa	Contrato de EPC	43.844	04/05/2009	2011	2.680

Contratos da Queluz

Os Contratos de EPC, envolvendo as empresas Alusa Engenharia e Queluz foram celebrados quando ainda não havia relação jurídica envolvendo Partes Relacionadas. Isso porque o ingresso da Companhia como acionista de Queluz ocorreu através de realização de uma Assembléia Geral Extraordinária datada de 18 de setembro de 2007 e tais contratos foram celebrados em 31 de março de 2007.

Contrato da Ijuí

Em relação ao contrato de EPC, celebrado entre Alusa Engenharia e Ijuí, esclarecemos que tal contratação ocorreu em virtude da rescisão do contrato que nossa controlada detinha com a Conpasul Construção e Serviços Ltda. A rescisão motivou-se pelo atraso no cronograma das obras, gerados principalmente por problemas gerenciais da contratada. Rescindido o contrato, a Ijuí consultou outras construtoras, sendo que algumas delas não mostraram interesse em assumir a obra e outras pediram prazo de aproximadamente 60 dias para a apresentação de cotações. Diante dos atrasos e do impacto já causado na conclusão da obra e considerando-se que a Alusa Engenharia já realizava os trabalhos de engenharia do proprietário, a Ijuí optou por submeter tal contratação ao seu Conselho de Administração, a qual foi devidamente aprovada.

Referida deliberação estava sujeita a veto do FI-FGTS, nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 05 de setembro de 2009.

Em relação aos demais contratos, esclarecemos que nossas controladas adotaram as medidas necessárias para a averiguação de sua compatibilidade com os preços de mercado, de forma que consultaram concorrentes da Alusa Engenharia à época da contratação.

c) Remuneração dos administradores da companhia - controladora

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral, a serem pagos aos seus membros e aos membros de nossa Diretoria.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Em Assembléia Geral realizada em 15 de abril de 2010, nossos acionistas aprovaram o valor de até R\$ 5.830 para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2010/2011.

10. Ativo financeiro da concessão

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e nossas controladas de transmissão de energia, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

vido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	<u>Valor</u>
Saldo em 31/12/2010	3.600.062
Total das adições ao ativo financeiro	269.005
Custo de construção	53.355
Outros custos	215.650
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	<u>(172.687)</u>
Saldo em 31/03/2011	3.696.380
(-) Ativo circulante	678.042
Ativo não circulante	<u>3.018.338</u>
Total Ativo Financeiro	<u><u>3.696.380</u></u>

11. Investimentos

a) Movimentação do exercício

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Adições/</u> <u>(Baixas)</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2011</u>
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial				
Transminas Holding S.A.	57.995	-	3.387	61.382
EATE	299.484	(15.081)	23.490	307.893
ENTE	168.143	(12.290)	13.821	169.674
ECTE	51.036	(4.774)	3.687	49.949
ERTE	29.931	-	3.342	33.273
ETEP	76.230	7	5.696	81.933
STN	193.235	7.479	10.411	211.125
STC	18.793	-	998	19.791
Lumitrans	5.490	-	315	5.805
Ijuí Energia	34.862	-	(733)	34.129
Foz do Rio Claro Energia	37.660	-	(1.451)	36.209
Lavrinhas	11.081	-	(268)	10.813
Queluz	11.785	-	(509)	11.276
ETES	28.123	(107)	2.038	30.054
TME	34.882	2.344	925	38.151
ETEM	8.481	10.800	154	19.435
Alupar Inversiones Peru	77	(27)	(304)	(254)
ETVG	501	-	-	501
Ferreira Gomes	1	33.258	(287)	32.972
	<u>1.067.790</u>	<u>21.609</u>	<u>64.712</u>	<u>1.154.111</u>
Terrenos	5.686	-	-	5.686
Outros	1	-	-	1
	<u>5.687</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.687</u>
	<u>1.073.477</u>	<u>21.609</u>	<u>64.712</u>	<u>1.159.798</u>

b) Informações das investidas:

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão representados por:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

31/03/2011								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Transminas	44.860.000	87.664	4.838	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	61.382
EATE	180.000.010	798.477	60.931	46.020.150	23.379.241	69.399.391	38,56%	307.893
ECTE	42.095.000	124.833	9.215	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	49.949
ENTE	100.840.000	339.272	27.635	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	169.674
ERTE	23.400.000	66.529	6.683	11.703.144	-	11.703.144	50,01%	33.273
ETEP	45.000.010	163.803	11.389	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	81.934
STN	198.000.000	413.970	20.414	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	211.125
STC	61.360.000	98.952	4.989	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	19.790
Lumitrans	28.070.000	38.704	2.101	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	5.805
Foz do Rio Claro	82.000.000	72.403	(2.901)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	36.209
Ijuí	84.100.000	68.245	(1.465)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	34.129
Queluz	45.182.135	45.081	(2.037)	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.275
Lavrinhas	43.817.126	43.233	(1.073)	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	10.813
ETES	20.978.000	30.055	2.038	20.977.997	-	20.977.997	100,00%	30.055
TME	80.000.000	82.937	2.011	36.799.799	-	36.799.799	46,00%	38.151
ETEM	32.001.000	32.391	256	19.200.598	-	19.200.598	60,00%	19.435
Alupar Peru	625.179	(254)	(304)	625.178	-	625.178	100,00%	(254)
ETVG	501.000	501	-	500.999	-	500.999	100,00%	501
Ferreira Gomes	33.321.528	32.971	(287)	33.321.527	-	33.321.527	100,00%	32.972
Total								1.154.111

31/12/2010								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Transminas	44.860.000	82.826	14.211	31.409.499	499	31.409.998	70,020%	57.995
EATE	180.000.010	787.892	197.223	46.020.150	22.399.128	68.419.278	38,011%	299.483
ECTE	42.095.000	127.550	26.632	16.843.146	-	16.843.146	40,012%	51.036
ENTE	100.840.000	336.212	85.570	50.431.144	-	50.431.144	50,011%	168.143
ERTE	23.400.000	59.846	17.594	11.703.144	-	11.703.144	50,013%	29.931
ETEP	45.000.010	152.414	38.070	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,016%	76.231
STN	198.000.000	378.892	67.896	100.979.997	-	100.979.997	51,000%	193.235
STC	61.360.000	93.964	8.534	12.272.000	-	12.272.000	20,000%	18.793
Lumitrans	28.070.000	36.603	4.300	4.210.292	-	4.210.292	14,999%	5.490
Foz do Rio Claro	82.000.000	75.305	(6.695)	41.008.194	-	41.008.194	50,010%	37.660
Ijuí	84.100.000	69.711	(14.389)	42.058.404	-	42.058.404	50,009%	34.862
Queluz	45.182.135	47.119	2.242	11.300.318	-	11.300.318	25,011%	11.785
Lavrinhas	43.817.126	44.306	835	10.959.036	-	10.959.036	25,011%	11.081
ETES	20.978.000	28.123	5.572	20.977.997	-	20.977.997	100,000%	28.123
TME	80.000.000	75.831	926	36.799.799	-	36.799.799	46,000%	34.882
ETEM	24.001.000	14.135	134	14.400.598	-	14.400.598	60,000%	8.481
Alupar Peru	625.179	77	(904)	625.178	-	625.178	100,000%	77
ETVG	501.000	501	-	500.999	-	500.999	100,000%	501
Ferreira Gomes	1.000	1	-	999	-	999	99,900%	1
Total								1.067.790

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado – Consolidado

	Taxas anuais de depreciação	31/03/2011		31/12/2010	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido (ajustado)
Em serviço					
Custo					
Transmissão		-	-	-	37
Móveis e utensílios	10%			-	37
Geração				-	267
Administração	10%	5.315	(1.047)	4.269	2.270
Total em Serviço		5.315	(1.047)	4.269	2.574
Em curso					
Geração		466.827	-	466.827	429.401
Administração		22.169	-	22.169	17.027
Total em curso		488.996	-	488.996	446.428
Total imobilizado		494.311	(1.047)	493.264	449.002

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

13. Intangível – Consolidado

Os ativos intangíveis compreendem: (i) os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios; (ii) as concessões de uso do bem público das concessionária de geração de energia (Ijuí e Foz do Rio Claro), cujos contratos estão sujeitos à aplicação da ICPC 01 (IFRIC12); e (iii) os projetos de UHE's, PCH, Usinas Eólicas, entre outros, compostos como segue:

a) Composição:

	Taxas anuais de amortização	31/03/2011	31/12/2010
Em serviço			
Custo		377.525	12.316
Transmissão	10% a 20%	112	1.888
Servidões		-	1.776
Softwares		112	112
Geração		366.929	-
Administração		10.484	10.428
Ágio na aquisição de ações		8.157	8.157
Outros		2.327	2.271
(-) Amortização acumulada		(8.781)	(792)
Transmissão		(71)	(35)
Administração		(459)	(757)
Geração		(8.251)	-
Total em Serviço		368.744	11.524
Em curso			
Custo		540.745	880.261
Transmissão		35	2.074
Geração		474.464	822.397
Administração		8.297	452
Projeto em desenvolvimento		57.949	55.338
Total do Intangível		909.489	891.785

b) Concessões de geração de energia

Reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público para geração de energia das controladas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A., cujos contratos de concessão contemplam as características para aplicação da ICPC 01:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

c) Ágio na aquisição de ações

Os ágios registrados pela Companhia foram originários dos investimentos nos seguintes empreendimentos, ainda em fase pré-operacional, e estão assim distribuídos em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empreendimentos pré-operacionais		
PCH Queluz	2.665	2.665
PCH Lavrinhas	5.245	5.245
Empreendimentos operacionais	247	247
	<u>8.157</u>	<u>8.157</u>

d) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolvimento destes projetos a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específico – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para ao resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

Em atendimentos aos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 01 e 04, aprovados pelas Deliberações CVM nº 527/08 e 553/08, respectivamente, os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura são testados anualmente com relação ao valor recuperável.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Arrendamento mercantil	228	288	228	288
Banco J. Safra - Leasing	66	108	66	108
Banco do Brasil - Leasing	96	72	96	72
Banco Itaú - Leasing	66	108	66	108
Debêntures públicas	490.461	475.231	1.073.592	475.231
Financiamento de bens	27.405	23.424	1.621.869	1.978.313
<u>Moeda nacional</u>	<u>27.405</u>	23.424	<u>1.567.990</u>	1.908.320
BNDES	-	-	1.082.966	1.485.530
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	246.971	250.753
BRDE	-	-	1.731	19.681
Banco Industrial	-	-	-	857
Banco do Brasil	-	-	40.787	6.365
BDMG	-	-	49.056	49.434
Banco Itaú BBA	-	-	127.757	116.819
Banco Santander	-	-	12.700	13.080
Conta Garantia	-	-	(21.383)	(57.622)
FINEP	27.405	23.424	27.405	23.423
<u>Moeda estrangeira</u>	-	-	<u>53.879</u>	69.993
Banco Itaú BBA	-	-	35.470	-
Banco Santander	-	-	2.395	2.513
BNDES	-	-	5.845	59.650
BDMG (PEM).	-	-	9.266	7.830
Resultado Operação Swap	-	-	903	-
Total	518.094	498.943	2.695.689	2.453.832
(-) Parcelas vincendas em curto prazo	172.047	156.566	401.049	325.635
Parcelas vincendas em longo prazo	346.047	342.377	2.294.640	2.128.197

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações trimestrais. Os mesmos são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras ou no ativo imobilizado no que tange à financiamentos de empresas em fase pré-operacional.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Debêntures públicas

<u>Emissão</u>	<u>Tipo.</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Vlr. Nominal</u> <u>Unitário</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
10/08/2009 - Primeira Emissão 1º série	Não conversíveis em ações	9.046	R\$ 4.974,58	45.000	2.360	47.360
10/08/2009 - Primeira Emissão 2º série	Não conversíveis em ações	2.250	R\$ 5.000,00	11.250	590	11.840
10/08/2009 - Primeira Emissão 3º série	Não conversíveis em ações	3.000	R\$ 5.000,00	15.000	787	15.787
10/08/2009 - Primeira Emissão 4º série	Não conversíveis em ações	750	R\$ 5.000,00	3.750	6	3.756
Subtotal		15.046		75.000	3.743	78.743
(-) Custos de emissão						(35)
Total 1ª emissão						78.708
15/12/2009 - Segunda emissão 1ª série	Não conversíveis em ações	232.250	R\$ 1.000,00	232.250	8.612	240.862
15/12/2009 - Segunda emissão 2ª série	Não conversíveis em ações	17.750	R\$ 1.000,00	17.750	1.988	19.738
Subtotal		250.000		250.000	10.600	260.600
(-) Custos de emissão						(2.591)
Total 2ª emissão						258.009
22/12/2010- Terceira emissão - série única	Não conversíveis	500	R\$ 300.000,00	150.000	5.172	155.172
(-) Custos de emissão						(1.428)
Total 3ª emissão						153.744
TOTAL GERAL CONTROLADORA						<u>490.461</u>

a) Debentures:

- **Primeira Emissão:**

Remuneração: : A remuneração das Debêntures ref a primeira emissão contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão da Debênture de cada uma das Séries, equivalentes a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Garantias: As Debêntures contaram com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda., (“Garantidora”), na modalidade de fiança (“Garantia”). Nos termos do item 4.16.9 da Escritura de Emissão, a fiança vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com a Garantidora, devendo esta, ou seus sucessores, a qualquer título, assumir prontamente a fiança prestada. Nesta hipótese, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da sociedade sucessora da Garantidora.

As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento finais:

- (i) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;
- (ii) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;
- (iii) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e
- (iv) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

- **Segunda emissão:**

Prazo e vencimento: as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”), com vencimento final em 15 de dezembro de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série” e quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, “Data de Vencimento”), com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, se for o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida;

Amortização: a amortização das Debêntures da Primeira Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013. A amortização das Debêntures da Segunda Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014;

Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

("Atualização da Segunda Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitos a atualização;

Remuneração: (a) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado ao spread máximo de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (b) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios de 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme disposto na Escritura da Segunda Emissão de Debêntures;

Pagamento da remuneração: o pagamento da Remuneração da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2013, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. O pagamento da Remuneração da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2014, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série;

Resgate antecipado: as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado;

Vencimento antecipado: existem hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme eventos detalhados no Prospecto, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.

Constituição de Garantia: as Debêntures não contarão com garantias;

- **Terceira emissão:**

Prazo e vencimento: as Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de dezembro de 2015

Amortização: a amortização das Debêntures será realizada em 2 (duas) parcelas, sendo (i) 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário devido em 22 de

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

dezembro de 2014; e (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado devido na Data de Vencimento

Remuneração: a partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à acumulação de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis (“Remuneração”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, e, imediatamente após a primeira data de amortização, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, calculados nos termos da Escritura de Emissão

Pagamento da remuneração: a Remuneração será paga semestralmente, no dia 22 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de junho de 2011 e o último pagamento devido na Data de Vencimento.

Resgate antecipado: as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado;

Vencimento antecipado: existem hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme eventos detalhados no Prospecto, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

Classificação de Risco da Emissão: as Debêntures não serão objeto de classificação de risco;

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

Título	1ª Emissão de Debentures EATE (16/03/2011)	1ª Emissão de Debentures ENTE (16/03/2011)	1ª Emissão de Debentures ECTE (16/03/2011)
Banco Coordenador	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Banco BTG Pactual S.A.; e Banco Bradesco BBI S.A..	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Banco BTG Pactual S.A.; e Banco Bradesco BBI S.A..	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Banco BTG Pactual S.A.; e Banco Bradesco BBI S.A..
Valor	R\$ 360.000.000,00	R\$ 190.000.000,00	R\$ 75.000.000,00
Prazo Total	Série única: 5 anos, vcto. em 16/03/2016	Série única: 5 anos, vcto. em 16/03/2016	Série única: 5 anos, vcto. em 16/03/2016
Juros	CDI + 1,30% ao ano	CDI + 1,30% ao ano	CDI + 1,30% ao ano
Comissão de Estruturação	0,20% sobre o valor da emissão	0,20% sobre o valor da emissão	0,20% sobre o valor da emissão
Comissão de Colocação	0,10% sobre o valor da emissão	0,10% sobre o valor da emissão	0,10% sobre o valor da emissão
Comissão de Garantia Firme	0,10% sobre o valor da emissão	0,10% sobre o valor da emissão	0,10% sobre o valor da emissão
Custo com Advogados	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Custo com Banco Mandatário	R\$ 15.000,00 por ano (atualizado: IGP-M)	R\$ 15.000,00 por ano (atualizado: IGP-M)	R\$ 15.000,00 por ano (atualizado: IGP-M)
Custo com Agente fiduciário	R\$ 15.000,00 por ano (atualizado: IGP-M) + R\$ 500,00 homem hora no caso de inadimplência	R\$ 15.000,00 por ano (atualizado: IGP-M) + R\$ 500,00 homem hora no caso de inadimplência	R\$ 10.000,00 por ano (atualizado: IGP-M) + R\$ 500,00 homem hora no caso de inadimplência
Custo com Agência de Rating	R\$ 37.461,60 no contrato + R\$ 31.842,36 por ano (atualizado: IGP-M)	R\$ 37.461,60 no contrato + R\$ 31.842,36 por ano (atualizado: IGP-M)	R\$ 37.461,60 no contrato + R\$ 31.842,36 por ano (atualizado: IGP-M)
Outros custos	Publicações Legais: R\$ 43.648,41 Taxas CETIP: R\$ 18.000,00	Publicações Legais: R\$ 43.648,41 Taxas CETIP: R\$ 10.018,80	Publicações Legais: R\$ 16.872,40 Taxas CETIP: R\$ 10.018,80

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
EATE	360.000	1.939	361.939
ENTE	190.000	1.023	191.023
ECTE	30.009	160	30.169
Total	580.009	3.122	583.131
Total Controladora			490.461
Total Consolidado			1.073.592

b. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

b) Financiamento de bens

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

Os financiamentos de bens correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Os financiamentos de bens estão sujeitos a atualização pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com *spread* de 1,7% a 3,3% ao ano sobre o saldo devedor.

Moeda estrangeira

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

- Companhia Transudeste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão, junto ao BNDES e demais instituições financeiras. Os saldos devedores são atualizados diariamente, a partir da data de liberação dos recursos, pela média ponderada das variações cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moedas estrangeiras, a taxas que variam de 4,0% a 4,5% ao ano acima da taxa variável reajustada, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação dos recursos.
- Companhia Transleste de Transmissão junto ao BDMG, oriundo dos recursos captados BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil (PEM) e repassados pelo BDMG. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	84.362	85.000	280.545	284.243
2013	88.291	87.715	337.424	305.597
2014	84.431	83.175	336.396	300.744
2015	79.087	78.153	324.077	279.132
2016	4.087	3.461	147.857	112.909
Após 2016	5.789	4.873	868.340	845.572
Total	<u>346.047</u>	<u>342.377</u>	<u>2.294.640</u>	<u>2.128.197</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, recebíveis e penhor dos direitos emergentes da concessão e caução das ações ordinárias das empresas de energia.

Alguns dos contratos de financiamento nos exigem manter certos índices financeiros ou cumprir outras obrigações específicas. Qualquer inadimplemento aos termos de nossos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de março de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

15. Contribuições e impostos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Circulante</u>				
IRRF	37	32	466	824
IRPJ /CSLL	-	-	29.380	51.524
CSLL	-	-	-	-
PIS	267	473	2.238	1.008
COFINS	1.255	2.177	2.789	4.943
ICMS	-	-	5.041	5.453
INSS	5	1	2.778	2.326
IRPJ/CSLL Diferidos	-	-	937	32.407
Outros	2	65	2.559	2.354
	<u>1.566</u>	<u>2.748</u>	<u>46.188</u>	<u>100.839</u>
<u>Não Circulante</u>				
IRPJ/CSLL Diferidos	-	-	187.682	154.746
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>187.682</u>	<u>154.746</u>
	<u>1.566</u>	<u>2.748</u>	<u>233.870</u>	<u>255.585</u>

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas do Grupo Alupar sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste Transudeste, ETES, Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado

16. Benefícios fiscais

a) Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE, e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subsequente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento a ETES não está usufruindo do benefício da redução do imposto de renda por estar no aguardo a homologação do processo pela Receita Federal e, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

17. Provisão para gastos ambientais

Como parte do processo de licenciamento, as companhias controladas e controladas em conjunto são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades (geração e transmissão de energia elétrica). Para tanto, o IBAMA determina o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O valor do investimento em compensação ambiental deve ser equivalente a pelo menos 0,5% do valor total dos investimentos em um empreendimento, assim, em 31 de março de 2011 está provisionado o montante de R\$ 25.485 (em 31 de dezembro de 2010 este valor era de R\$ 25.339).

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

18. Provisões e Contingências

A situação de processos e contingências envolvendo a Companhia e suas controladas em 31 de março de 2011 está descrita a seguir:

Natureza	Contingências					
			31/03/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações	Valor da Causa	Provisão para Contingências	Depósito Judicial	Provisão para Contingências	Depósito Judicial
Processos judiciais						
Fiscal	70	12.965	711	2.905	673	2.217
Cível (*)	48	8.188	515	3.373	13	3.372
Fundiário	400	13.421	2.036	5.521	2.037	2.937
Trabalhista	63	9.610	318	529	184	75
Penal (**)	4	-	-	-	-	-
Processos arbitral	1	25.000	-	-	-	-
Processos administrativos						
Regulatório (Aneel)	17	-	-	-	-	-
Fiscal (***)	56	34.693	-	-	-	-
Ambiental	1	-	-	-	-	-
	660	103.877	3.580	12.328	2.907	8.601
Circulante			2.125	373	1.452	417
Não Circulante			1.455	11.955	1.455	8.184

(*) engloba também ação civil pública e inquérito civil

(**) engloba inquerito penal

(***) engloba autos de infração e manifestações administrativas

Atualmente, a Companhia é parte de somente 08 (oito) processos judiciais. A Companhia não é parte em nenhum processo administrativo.

Nossas controladas são partes em processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, questões fundiárias, responsabilidade civil e ainda em processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por agências governamentais, inclusive a ANEEL. Existe ainda um procedimento arbitral em andamento.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

Em virtude da obrigatoriedade de depósito como garantia futura para o pagamento de causa judicial perdida, os valores da provisão para contingência tem valor

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

menor que o depósito judicial, considerando que nesta provisão foram considerados os processos com "Perda Provável".

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos em que nossas Controladas figuram como parte, de acordo com sua natureza:

Processo de Arbitragem

Conforme consta do Termo de Arbitragem, a controvérsia decorre da divergência entre as partes no que diz respeito ao cumprimento do Contrato de Empreitada, firmado em 02/10/2007, entre a Ijuí Energia S.A. e a CONPASUL – Construção e Serviços Ltda., que teve por objeto “a execução, no regime de empreitada total, a PREÇO global e prazo determinado, das OBRAS CIVIS necessárias à plena e satisfatória implantação da UHE São José, localizada no Rio Ijuí, município de Salvador das Missões (margem direita) e Rolador (margem esquerda) no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo as obras de desvio do rio, as obras da barragem, as obras civis do sistema de geração, as obras civis do vertedouro, as obras civis de interconexão com a subestação, isto é, entre casa de força e subestação da UHE, as obras civis da subestação, incluindo o fornecimento de equipamentos de construção e fornecimentos dos materiais dentre eles o estabelecido na cláusula 25ª. e tudo mais necessário para a perfeita conclusão de todos os serviços de obras civis e serviços estabelecidos no ANEXO I - PROJETO BÁSICO e no ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS CIVIS”.

Processos de Natureza Fiscal

Nossas Controladas figuram como parte em 126 (cento e vinte e seis) processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria fiscal.

Dentre os processos que versam sobre matéria tributária, nossas Controladas acreditam que merecem destaque os seguintes casos:

Nossa controlada ENTE foi autuada pelas Secretarias da Fazenda dos Estados do Pará e do Maranhão, ambos em razão de suposto não recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS, devido nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, no período de março de 2004 a junho de 2005, no Pará, e de março de 2004 a dezembro de 2004, no Maranhão. As defesas administrativas apresentadas nos casos já foram julgadas parcialmente favoráveis à nossa controlada sendo que, no Maranhão, foi interposto recurso voluntário, o qual está pendente de julgamento; no Pará também foi interposto recurso voluntário, o qual foi julgado improvido, tendo sido interposto contra essa decisão recurso de revisão, que foi indeferido liminarmente. Atualmente aguarda-se inscrição deste débito em Dívida Ativa. Impetrado Mandado de Segurança nº 028.2009.1.904120-8 (09.09.2009).

Processos de Natureza Cível

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

Atualmente, há 48 (quarenta e oito) ações desse tipo em andamento, sendo 2 (duas) delas Ações Cíveis Públicas e, segundo os advogados externos da Companhia há possibilidade de êxito possível e provável em quase a totalidade das ações.

Dentre os processos que versam sobre matéria cível, nossas Controladas acreditam que merecem destaque o Interdito proibitório movido pela Conpasul em face da nossa controlada Ijuí, em trâmite perante a comarca de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul, estando pendente de julgamento. De acordo com os advogados responsáveis pela causa a expectativa de perda é possível.

Ações Cíveis Públicas

A primeira delas é movida Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Alupar, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) do Amapá e do Secretário do Estado do meio ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais. Foi proferido o despacho determinando a notificação da ANEEL para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ofereça um pronunciamento em face do pedido de medida liminar formulado pelos autores, tendo a Aneel requerido o indeferimento do pedido de medida liminar. O Município de Cutias requereu o seu ingresso na presente demanda, na qualidade de litisconsorte ativo e concordou com a pretensão formulada pelos autores. Foi admitido o ingresso aos autos do Município de Cutias, na qualidade de litisconsorte ativo. A Alupar já apresentou contestação e atualmente aguarda-se a apresentação da contestação pelos co-réus e a realização da audiência de conciliação designada para o dia 18.02.2011. Em 10.12.2010 protocolizamos contestação. Em 18.02.2011 foi realizada audiência de conciliação, sendo certo que a mesma restou infrutífera. Em 21.02.2011 foi proferida decisão: (i) deferindo a juntada de memória de reunião pela Procuradoria Federal, representando o Instituto Chico Mendes (ICMBIO); (ii) deferindo o ingresso no pólo passivo do feito pela União Federal, pelo Estado do Amapá e pelo Instituto Chico Mendes (ICMBIO); (iii) determinando a retificação na autuação do feito; (iv) deferindo pedido de vista do feito ao Município de Cutias, por 48 horas; (v) determinando a notificação da União Federal, do Estado do Amapá e do Instituto Chico Mendes (ICMBIO) para manifestação, em 72 horas; e (vi) determinando a remessa dos autos à conclusão para a apreciação do pedido de tutela antecipada, após o decurso dos prazos acima. 21.02.2011 – Apresentada contestação pela Procuradoria Federal. 24.02.2011 – Apresentada manifestação pelo Município de Cutias. Em 28.03.2011 foi apresentada manifestação pela União Federal. Aguardando a decisão sobre o pedido liminar.

A segunda delas é movida pelo Ministério Público Federal e tramita perante a Comarca de Fortaleza, no estado do Ceará. A referida ação discute supostos atos de improbidade administrativa, envolvendo financiamentos obtidos perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A. Foram apresentadas as contestações dos réus

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado

31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

(STN e outros). Por meio de decisão liminar, o juízo autorizou a quebra do sigilo bancário e telefônico dos réus, determinando, ainda, o depósito em juízo, pela STN, de 6.000. Contra tal decisão foi interposto recurso cabível, parcialmente provido, para diminuir o valor a ser depositado para 3.000. A questão teve de ser discutida em sede de Recurso Especial proposto pela STN, a qual já efetuou o depósito do valor. Destaca-se, ainda, que embora a decisão liminar tenha previsto que se não fosse feito o depósito do valor determinado seria decretada a indisponibilidade dos bens dos réus, ante o depósito efetuado, não houve qualquer repercussão para a STN e nem para os demais réus. Foi realizada a perícia contábil e atualmente os autos encontram-se conclusos para prolação de decisão. Feito em curso e em fase de instrução. Houve ordem judicial de depósito preventivo na quantia de 2.999. Foi impetrado Recurso Especial para o STJ para revisão da determinação judicial para realização de depósito. Tal RE ainda não julgado.

Processos de Natureza Fundiária

Nossas Controladas figuram como parte em 400 (quatrocentos) processos que versam sobre matéria fundiária. De uma maneira geral, os processos de natureza fundiária envolvem discussões acerca de pedidos de constituição de servidão administrativa e desapropriações.

Processos de Natureza Trabalhista

Nossas Controladas figuram como parte em cerca de 63 (sessenta e três) processos judiciais trabalhistas. De uma maneira geral, o objeto destes processos refere-se ao pagamento de horas extras. Os montantes relativos a créditos classificados com chances de perda provável estão devidamente provisionados no balanço da empresa.

Processos de natureza ambiental

Nossas Controladas não figuram como parte nenhum processo judicial e apenas 01 (um) processo administrativo perante o Ministério Público que versa sobre matéria ambiental. O processo administrativo ambiental, que envolve os danos ambientais decorrentes do desvio de uma linha de transmissão instalada pela Companhia no Estado do Rio Grande do Sul e por danos ambientais causados pela construção de linha de transmissão da ECTE, se encontra em fase de encerramento uma vez que as partes envolvidas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), o qual está pendente de homologação.

19. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração,

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.”

b) Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R\$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2011 é a seguinte:

Acionista	Capital	Participação
	Integralizado	%
Guarupart Participações Ltda.	134.666.992	82,16
FI-FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	163.910.000	100

c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Reservas de lucros

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembléia, para sua destinação.

d) Dividendos propostos

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

20. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
				(Reapresentado)
Despesas financeiras				
Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(15.511)	(8.723)	(45.638)	(42.465)
Variações Cambiais	(32)	(3)	402	(392)
Outras	-	(8)	(3.181)	(560)
	(15.543)	(8.734)	(48.417)	(43.417)
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	9.822	10.299	14.284	12.951
Outras	-	-	(311)	883
	9.822	10.299	13.973	13.834
Resultado financeiro líquido	(5.721)	1.565	(34.444)	(29.583)

21. Instrumentos financeiros

Devido à natureza dos processos ambientais e do valor da causa não necessariamente possuir relação com os pedidos, não temos como atribuir-lhes valor a título de contingência.

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória

Somos partes de 20 (vinte) processos sobre matéria regulatória (Aneel).

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Ressalta-se que podemos recorrer ao Poder Judiciário caso a decisão administrativa seja desfavorável.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, impostos a recuperar, investimentos e empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de março de 2011, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas informações trimestrais, considerando os critérios de mensuração de cada um.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, estamos divulgando informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em nosso balanço patrimonial e também a análise da sensibilidade de risco dos referidos instrumentos financeiros. As informações requeridas aplicáveis à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão a seguir apresentadas:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de Contratos a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF), todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

b) Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

Risco de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são suscetíveis a variações cambiais significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados em moeda estrangeira.

A construção de nossos empreendimentos podem ser afetados pela variação dos contratos de compra de materiais e equipamentos cujos preços são vinculados à moedas estrangeiras.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos de *Swap* ou *Contrato a Termo de Moedas sem Liquidação Física (NDF)*, tem por objetivo minimizar riscos em operações de empréstimos e financiamentos ou compra de materiais e equipamentos, cujos contratos possam sofrer as variações de moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

c) Valores estimados de mercado

Os valores justos foram estimados na data das informações trimestrais baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 31 de março estão descritos abaixo:

Contrato de derivativos - SWAP: com variação baseada em 131% do CDI. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados dos derivativos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de março 2011. Nesses mesmos períodos os valores nominais em aberto com os respectivos valores justos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado	
	31/03/2011	31/03/2011	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos a "SWAP"				
Posição passiva	35.470	36.373	-	903
Remuneração com base em 131% do CDI				

Os valores a pagar líquidos dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados têm vencimentos em até 180 dias.

d) Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Efeito na variação do valor justo

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela redução nas taxas de câmbio que aumentem os saldos de passivos dos contratos de Empréstimos e Financiamentos e Contratos de compra de materiais e equipamentos vinculados à moeda estrangeira pactuada junto a Instituições Financeiras. As controladas que possuem contratos de compra de materiais ou equipamentos vinculados à moeda estrangeira, possuem *hedge* de preço de moeda estrangeira correspondentes a 100% de seus endividamentos em 31 de março de 2011. As demais controladas que possuem financiamentos de longo prazo vinculados a linhas de créditos em moeda estrangeira (cesta de moedas do BNDES), não possuem *hedge* para estas parcelas de financiamentos, face a representatividade do saldo em moeda estrangeira ser inferior a 20% do total de seus endividamentos.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco da variação cambial

	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
	USD			
Empréstimos e financiamentos	Cesta de moedas	4.896	19.576	34.257
	Apreciação da taxa em			
Referência para passivos financeiros Cesta de moedas (composta basicamente da variação do USD)		1,78	2,22	2,67

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco de elevação dos encargos financeiros

Consideramos que os saldos de nossos ativos financeiros (aplicações financeiras) não apresentam oscilações que afetem significativamente nossos resultados financeiros. Apresentamos abaixo análise de sensibilidade do risco de elevação dos encargos financeiros sobre nossos passivos financeiros (empréstimos e financiamentos), demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
	TJLP	70.815	88.519	106.222
Empréstimos e financiamentos	IGP-M	2.196	2.745	3.294
	IPCA	156	195	234
	CDI	107.468	134.335	161.203
	Apreciação da taxa em:			
Referência para passivos financeiros				
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
IGP-M		10,95%	13,68%	16,42%
IPCA		0,79%	0,99%	1,19%
CDI		11,66%	14,58%	17,49%

22. Seguros

As Companhias e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 31 de março de 2011 estão assim distribuídos:

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

<u>Natureza do risco</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Prêmio</u>
Compreensivo Empresarial / Risco nomeado (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	304.604	1.203
Garantia/Concessões Publicas / EC (BNDES)	1.772.888	5.017
Risco de Engenharia	545.204	3.916
Garantia (carta-fiança)	4.946	-
Garantia (obrigações privadas)	10.718	71
Garantia (valor adiantado)	24.334	125
Responsabilidade Civil	47.000	564
Responsabilidade Civil – Administradores	11.800	57
Total	<u>2.721.494</u>	<u>10.953</u>

23. Receita Líquida

Abaixo segue abertura da receita líquida nas controladas e controladas em conjunto, considerando a composição do resultado com suas deduções tributárias e regulatórias:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u> (Reapresentado)
Receita bruta		
Receita de Concessão de Transmissão	22.284	20.462
Receita de Infra-estrutura	53.356	86.984
Remuneração dos ativos da concessão	204.360	178.205
Suprimento de Energia	<u>30.546</u>	<u>10.039</u>
	<u>310.545</u>	<u>295.690</u>
Deduções		
PIS	(1.698)	(1.491)
COFINS	(7.843)	(5.975)
ICMS	(1.263)	-
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.344)	(4.479)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	<u>(2.008)</u>	<u>(1.662)</u>
	<u>(17.156)</u>	<u>(13.607)</u>
Receita operacional líquida	<u>293.389</u>	<u>282.083</u>

24. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

25. Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. se comprometia a recomprar a totalidade das 88.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24º mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Atráves dos Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., e Guarupart Participações Ltda, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Alupar Investimento S.A., uma vez que a Guarupart Participações Ltda transferiu suas participações acionárias na Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. para a Alupar Investimento S.A., mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Até 31 de dezembro de 2010, já foram recompradas pela Companhia, 224.979.243 ações da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. no montante de de R\$ 33.110 Essas transações são reconhecidas nas demonstrações contábeis a medida que são efetivadas.

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Alupar e a Guarupart Participações Ltda firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;
- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;
- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;
- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendencia de Electricidad y Combustibles

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

(SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e

- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 5 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêm o ingresso do FI-FGTS como acionista das empresas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da Ijuí Energia S.A. e da Foz do Rio Claro Energia S.A., em 09 de dezembro de 2008 e 23 de janeiro de 2009, respectivamente.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Em 2 de outubro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêm o ingresso do FI-FGTS como acionista nas empresas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da empresas em 16 de dezembro de 2008.

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Consolidado
31 de março de 2011
(Em milhares de reais)

parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 b juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.
